



MINISTÉRIO DA FAZENDA

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA
Coordenação-Geral de Recursos Humanos – COGRH

DECLARAÇÃO **(NEGATIVA DE BENS E VALORES)**

Eu, _____,

CPF _____, declaro que não possuo bens e valores (*) que justifiquem a obrigatoriedade preconizada no art. 2º da Lei nº 8.730/93, de 10.11.93, publicada no DO de 11.11.93, no Decreto nº 978, de 10.11.93, publicado no DO de 11.11.93 e na Instrução Normativa nº 5, de 10.03.94, publicada no DO de 16.03.94.

Estou ciente que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal e que por ele responderei, independente das sanções administrativas, caso se comprove a inveracidade do declarado neste documento.

Local e Data

Assinatura do Nomeado

(*) Consideram-se bens e valores, para efeito desta declaração, conforme o art.2º da Lei 8.730/93: imóveis, móveis, semoventes, títulos ou valores mobiliários, direitos sobre veículos, automóveis, embarcações ou aeronaves e dinheiros ou aplicações financeiras que, no País ou no exterior constituam, separadamente, o patrimônio do declarante e de seus dependentes, até a presente data. Excluem-se os objetos e utensílios de uso doméstico e módico valor.

“Omitir, em documento público ou particular, declaração de que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa, ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
PENA – Reclusão de um a cinco anos.” (Art. 299, do Código Penal Brasileiro).